

Ecologias, afinidades e afetividades: dentre redes de Educação Ambiental

Luiz Ricardo Oliveira Santos
Rosemeri Melo e Souza

Resumo

As redes de Educação Ambiental são coletivos formados por pessoas, seres e coisas que lutam e re-existentem por uma sociedade mais equânime socioambientalmente, desde sua formação a partir do desejo de educadores ambientais no Fórum Global, evento paralelo à Eco-92. Temos por alvo caracterizar o processo e os modelos de articulação promovidos pela Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA), na formação e atuação de suas redes territoriais, como também discorrer acerca de seus fatores de (des)articulação, limitações e possibilidades. Para tanto, foram realizadas entrevistas com educadores que compõem a malha da REBEA, cujos enunciados foram analisados com base na Teoria do Discurso. A análise permitiu considerar três categorias, que se voltam para aspectos de horizontalidade e hegemonia, ecopolítica e afetividade. Assim, pensar as redes como modelos fluídos e que permitem a presença de elementos dinâmicos em suas associações requer novas formatações de conceitos e discussões.

Luiz Ricardo Oliveira Santos

Secretaria Municipal de Educação de Cícero Dantas, BA, Brasil

E-mail: santos.lro@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9749-5665>

Rosemeri Melo e Souza

Universidade Federal de Sergipe, UFS, Brasil

E-mail: rome@academico.ufs.br

 <https://orcid.org/0000-0002-5916-3598>

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento 001

Palavras-chave: Educação ambiental. Redes. Teoria do discurso.

Recebido em: 05/10/2023

Aprovado em: 20/08/2024



<http://www.perspectiva.ufsc.br>

 <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2025.e96658>

Abstract**Ecologies, affinities and affectivities: among environmental education networks**

Environmental Education networks are collectives made up of people, beings and things that fight and re-exist for a more socio-environmentally equitable society, since their formation from the desire of environmental educators at the Global Forum, an event parallel to Eco-92. We aim to characterize the process and models of articulation promoted by the Brazilian Network of Environmental Education (REBEA), in the formation and performance of its territorial networks, as well as to discuss its factors of (dis)articulation, limitations and possibilities. To this end, interviews were conducted with educators who make up the REBEA network, whose statements were analyzed based on Discourse Theory. The analysis allowed considering three categories, which focus on aspects of horizontality and hegemony, ecopolitics and affectivity. Thus, thinking of networks as fluid models that allow the presence of dynamic elements in their associations requires new formatting of concepts and discussions.

Keywords:

Environmental education.
Networks.
Discourse theory.

Resumen**Ecologías, afinidades y afectividades: entre las redes de educación ambiental**

Las redes de Educación Ambiental son colectivos formados por personas, seres y cosas que luchan y re-existenten por una sociedad más equitativa socioambientalmente, desde su formación a partir del deseo de los educadores ambientales en el Foro Global, paralelo a Eco-92. Nuestro objetivo es caracterizar el proceso y los modelos de articulación promovidos por la Red Brasileña de Educación Ambiental (REBEA), en la formación y actuación de sus redes territoriales, así como discutir sus factores de (des)articulación, limitaciones y posibilidades. Para ello, se realizaron entrevistas a educadores que integran la red REBEA, cuyas declaraciones fueron analizadas a partir de la Teoría del Discurso. El análisis permitió considerar tres categorías, que se centran en aspectos de horizontalidad y hegemonía, ecopolítica y afectividad. Por lo tanto, pensar en las redes como modelos fluidos que permiten la presencia de elementos dinámicos en sus asociaciones requiere un nuevo formato de conceptos y discusiones.

Palabras clave:

Educación ambiental. Redes. Teoría del discurso.

Preâmbulo

As redes de Educação Ambiental são coletivos de educadores e instituições que iniciaram sua jornada, oficialmente, há três décadas – mais precisamente, foi gestada no Fórum Global, evento paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92, ocorrida no Rio de Janeiro. Nesse ínterim, essa data registra também o trigésimo ano da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA), que mobiliza, facilita e articula as demais redes a ela associadas.

Durante esses trinta anos de existência oficial das redes de Educação Ambiental, foram ensinados e materializados os discursos que os educadores ambientais que propuseram o Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis pensaram para fundamentar as redes, a fim de que os elos das gerações seguintes pudessem arquitetar-se em princípios colaborativos e participativos e, sobretudo, entendessem como uma organização em rede funciona.

Para Guerra e colaboradores (2008, p. 79), numa rede “não existe necessidade de concentração de poder ou sua hierarquização”. O entendimento dos citados autores, que também participam ativamente da malha da REBEA, considera que a horizontalidade é uma das premissas da organização de sociedades em rede, apesar de entendermos que as relações de poder existem em quaisquer modelos de organizações, não sendo necessariamente repressor ou coercitivo.

Ainda consoante a Guerra e demais colaboradores (2008),

as redes são comunidades de relações que, por meio de recursos virtuais das tecnologias e de encontros presenciais regionais e nacionais, aproximam pessoas comprometidas com os mesmos interesses e as tornam capazes de se unirem em torno de um objetivo comum. Assim, as redes tornam-se meios abrangentes de mobilização, sensibilização e informação para a participação individual e coletiva, visando atingir as finalidades de uma EA [Educação Ambiental] emancipadora e transformadora (Guerra *et al.*, 2008, p. 81).

Na perspectiva de consideração dos recursos virtuais, contudo numa abordagem diferente do grupo de autores, que os visualiza como um meio para comunicação ou para encontrar um caminho de facilitação de encontros, entendemos as redes, neste estudo, como uma simbiose entre pessoas, seres e coisas, sendo inimaginável a dissociação entre quaisquer um desses componentes. A ocasião da formação de uma rede sem elementos de tecnologia não se faria possível, uma vez que ela se faz essencial e indispensável à conformação dos coletivos como conhecemos nas últimas três décadas.

Somada aos seres que são intimamente relacionados à conservação ambiental, ainda que possa parecer uma abordagem considerada mais “romântica” ou “ingênua” de Educação Ambiental, admite-se que essa discussão é, sobretudo, pela qualidade de vida e justiça ambiental para todos os modos de vida, de forma a associar os três elementos que consideramos como formadores dos coletivos (pessoas, seres e coisas).

A participação atua, nesses coletivos, enquanto elemento de (re)união entre os princípios motivadores das ações e projetos das redes de Educação Ambiental, sendo denominada de articulação, que atua entre posicionamentos discursivos para promover os objetivos da comunidade, sendo pautada em relações de antagonismo, hegemonia e equilíbrio ideológico. Cabe salientar que tais conceitos, relacionados à perspectiva teórica que adotamos neste escrito, serão discutidos ao longo do texto, numa abordagem integrativa com os resultados que se relacionam com nossa análise.

As redes de Educação Ambiental são importantes coletivos de promoção da ambientalização da educação e de expansão das pautas ambientais e de lutas e resistência no interior das instituições educacionais de todos os níveis e, também, no âmbito não-formal. É no interior das escolas que as relações entre pessoas se materializam na vontade de construir a sustentabilidade por meio de ações, currículos e gestão, uma vez que o ambiente de trabalho coletivo é atravessado pela identificação com as questões socioambientais, mesmo sendo poucos os estudos que se detenham a essas atuações nos espaços menores (Borges, 2017). Destarte, concordamos com Guimarães e demais autores (2009) quando afirmam que é no cotidiano escolar que se gesta a transformação da realidade e a construção de uma sociedade socioambientalmente sustentável, sendo um lugar de construção de valores.

O estudo em tela promove a discussão das formas como as organizações em redes de Educação Ambiental, coletivos de gestão horizontal e democrática, são alternativas ao modelo de organização vigente. Em outros estudos escritos por nós, que se somam a essa discussão, evidenciamos a necessidade de aprofundamento nas formas como as redes impactam a formação de educadores e sua constituição enquanto sujeitos participativos na luta ambiental (Santos; Melo e Souza, 2023). Nessa conjuntura, as redes enquanto organizações que se movimentam continuamente, favorecem o debate e a aproximação com grupos que criam conexões por todo o território nacional, ampliando a discussão sobre o campo, além de proporcionar trocas que reeditem realidades e conhecimentos.

Diante dessas considerações, o presente estudo tem por alvo caracterizar o processo e os modelos de articulação promovidos pela REBEA na formação e atuação das redes territoriais de Educação Ambiental, como também discorrer acerca dos fatores de (des)articulação, limitações e possibilidades das redes de Educação Ambiental. Para tanto, este manuscrito se organiza em tópicos que vão desde a metodologia, seguida dos resultados que se projetam em tópicos de diferentes abordagens às considerações do estudo.

Procedimentos metodológicos

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com participantes das redes de Educação Ambiental das cinco regiões do país, as quais se fizeram de forma remota por meio de alguns canais (Google Meet® e WhatsApp®). Os participantes eram convidados a colaborar, inicialmente, por via digital e, após o aceite na participação, foi disponibilizado, previamente, o roteiro de entrevista para que pudessem se familiarizar com os questionamentos principais e, assim, observar como se daria sua participação no momento do diálogo. Todos os participantes autorizaram sua participação por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹.

Conforme salientam Boni e Quaresma (2005), as entrevistas semiestruturadas auxiliam na apreensão de aspectos afetivos e valorativos dos participantes, determinando significados de cunho pessoal, atitudes e comportamentos, sendo permitido ao investigador tocar em assuntos mais delicados, o que perpassa pelo menor grau de estruturação do roteiro o possível, conferindo certo grau de proximidade com o participante da pesquisa. Em estudo conduzido por Schmidt, Palazzi e Piccinini (2020), os autores consideram que aplicativos como o WhatsApp potencializam a oportunidade de realizar entrevistas online, lançando mão do conforto e conveniência de o participante poder responder às perguntas de sua própria moradia, sendo elas realizadas de forma síncrona ou assíncrona, sem necessidade de interação simultânea.

Para selecionar os participantes desta etapa de entrevistas, consideramos como critérios de inclusão que fossem pessoas participantes das redes de Educação Ambiental da malha da REBEA e que aceitassem participar da pesquisa. Primeiramente, pensávamos em aderir à técnica de indicação, por parte do entrevistado, de outra pessoa que ela considerasse importante a ser entrevistada.

Contudo, como não obtivemos adesão suficiente das pessoas indicadas a responder, os critérios de inclusão foram: participar de uma rede de Educação Ambiental das cinco regiões do Brasil, não excluindo a oportunidade de outras pessoas da mesma região em participar, no entanto. De modo a acrescentar heterogeneidade ao público selecionado, optamos por convidar pessoas que tivessem diferentes tempos de atuação nas redes, a fim de apreender as diferentes impressões que se têm das redes através do tempo, somando experiência com inovação; tradição e potencialidades.

Após a fase de entrevistas, os áudios foram ouvidos e transcritos para que os enunciados fossem apreendidos e analisados (ou desconstruídos)² por meio da Teoria do Discurso de Laclau e

¹ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal de Sergipe (UFS) sob Parecer de n.º 4.021.728.

² Como leciona Sales (2018, p. 126), na “coleta e análise dos dados”, não há nada ‘por trás’ daquelas práticas que precise ser des-velado. Trata-se de, ‘desconstruindo-as’, reconstruir os processos dos quais elas fazem parte”. Mais que analisar, nos ensinamentos do autor, desconstruir um discurso é buscar nas profundezas o movimento das forças, fazer aparecer um campo molecular que existe sob as categorias e conceitos utilizados pelos pesquisadores sociais.

Mouffe (2015). Para Ferreira (2011, p. 13), ancorado nas fundamentações de Laclau e Mouffe, “o discurso é o terreno primário no qual a realidade se constitui. Ele toma como pressuposto a ideia de que a linguagem é constituidora da realidade e, portanto, ela só existe dentro de um discurso que a torna possível”.

De posse das transcrições das entrevistas e após a análise inicial do material empírico, os enunciados foram agrupados em categorias tardias, ou seja, aquelas que se apresentam ao pesquisador de acordo com a análise empírica, surgindo a partir da classificação dos elementos que foram encontrados. Desse modo, do material empírico retivemos “as partes essenciais para o desenvolvimento do estudo, procurando ver nele sua discursividade, desfazendo a ilusão de que o que foi dito só poderia ter sido dito daquele modo e a relação palavra-coisa” (Nascimento, 2018).

De acordo com Oliveira, Oliveira e Mesquita (2013, p. 1331), atribui-se que um discurso é sempre contingente, ou seja, “a teoria do discurso é mais bem entendida como uma tradição de reflexões e debates que compartilham o mesmo referencial analítico e que, a partir desse referencial, buscam construir discursos contingentes e contextualizados sobre os processos sociais observados”. Nessa seara de ideologias e que expressam, temporariamente, a materialidade discursiva político-ideológica do campo que se articula enquanto promotor da hegemonia.

Resultados e discussão

As entrevistas com os participantes das redes de Educação Ambiental de todo o território nacional puderam demonstrar a diversificação dos discursos de acordo com a realidade vivenciada por cada uma das redes que compõem a malha da REBEA. Observamos uma heterogeneidade no tocante ao tempo de atuação, que reflete na concretude dos posicionamentos políticos que cada participante possui, sendo que aqueles que tiveram maior tempo de atuação puderam vivenciar os engajamentos iniciais, a formação das redes e as discussões nos cenários nacionais e internacionais para a formulação de políticas públicas e de consenso para a articulação dos coletivos, tal qual orienta o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis.

Cabe destacar que a articulação é um conceito fundamental na abordagem laclauiana e se comprehende enquanto “qualquer prática que estabelece uma relação entre elementos de tal forma que suas identidades são modificadas como resultado da prática articulatória” (Laclau; Mouffe, 1985, p. 105). No conceito de articulação, os autores entendem que ela se materializa enquanto conexão de momentos simultâneos, sendo resultado de uma conexão entre discursos, elementos e momentos. Assim, para Laclau e Mouffe (1985), o discurso resulta da articulação estruturada desses componentes.

No material empírico resultante de nossas entrevistas, o nome dos participantes foi substituído por pseudônimos, visando a proteção e sigilo de suas identidades, tal qual preconizam as

diretrizes éticas adotadas para pesquisas científicas dessa natureza. Faz-se mister ressaltar que a escolha dos nomes fictícios partiu dos próprios entrevistados, quando perguntados sobre como preferiam ser descritos nos estudos que viessem a abordar os seus discursos (Quadro 1).

Quadro 1 – Perfil dos participantes das entrevistas.

Participante	Rede de Atuação	Tempo de atuação
Lívia	Bahia	30 anos
Bruna	Sergipe	02 anos
Jair	Goiás	02 anos

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Em consonância com Lee e Francisco (2017, p. 106) “o discurso é uma prática articulatória que constitui e organiza as relações sociais, que cria uma unidade para elementos aparentemente dispersos e fragmentados”. De acordo com esse pensamento, o qual se ancora em perspectivas pós-estruturalistas, nada existe anteriormente ao discurso que o defina a existência. Nesse sentido, a articulação entre pessoas, seres e coisas só se manifesta por meio de discursos que engendram movimentos políticos, mas que são sempre contingentes e temporários.

Tendo por base a contingência das articulações políticas possibilitadas por uma ordem discursiva, entende-se que todo grupamento social se articula com base em antagonismos que se entrelaçam para possibilitar a dominância de determinado discurso, a luta pela hegemonia da classe ou do campo. Ainda que numa mesma esfera social e/ou num grupo que possa parecer homogêneo e com os mesmos interesses, como nas redes de Educação Ambiental, existem interesses políticos, individuais e afetivos distintos que fazem com que exista um movimento de conflito, manifestado em posicionamentos divergentes, sobre os quais se quer perdurar, perpassado por relações de poder, ainda que amistosas.

Sobre os antagonismos mencionados, Laclau e Mouffe (1985) os definem como muito mais que uma relação de oposição de elementos, mas numa conexão entre mim e o outro que impede de manifestarmos totalmente nossas identidades, ou seja, na impossibilidade de nos constituirmos em nossa totalidade. O antagonismo difere, então, de uma oposição real pelo fato de que a resistência antagônica manifesta o impedimento de sermos aquilo que realmente somos. Logo, a partir do antagonismo, observamos a lógica da formação de discursos e a forma como eles são constituídos em relações sistêmicas.

Para Foucault (2014, p. 41), “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. Tendo por base que decisões políticas se fazem por meio de princípios articulatórios, podemos afirmar que a articulação é, também, a materialização de discursos atrelados a esse ou aquele consenso sobre algo, evidenciado pela tomada de decisão por parte daqueles que detêm um certo

poder, ainda que em estruturas que se pautam em conformações horizontais, como as redes de Educação Ambiental.

Continua Foucault (2014, p. 44) que os sistemas de ensino [podendo estender-se às redes de Educação Ambiental] são “uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e saberes?” Logo, atribui-se à política uma relação de poder que nem sempre se manifesta como negativo ou repressivo, e sim, também, como uma prática de formação e atribuição de funções a determinados grupos.

Ensina Lopes (2018) que:

Organizar projetos educativos, defender a constituição de certas identidades, fazer valer certas tradições, lutar para manter o que supomos ser melhor deve ser pensado como articulado à mudança social, afirmindo que tais projetos, identidades e tradições estão inseridos em uma política que pressupõe negociar com o outro – as “novas gerações”, por exemplo – o que se pretende instituir. Parece-me que um projeto educativo só se coaduna com a mudança social se o julgamento sobre o que “somos de melhor” estiver sempre aberto à contestação (Lopes, 2018, p. 147).

A negociação consensual a que se remete Lopes na formação e desenvolvimento de projetos em Educação (Ambiental ou não), como as ações desenvolvidas pelas redes, pauta-se sempre no poder de decisão que os grupos possuem e na capacidade de articulação entre seus membros, bem como pelo grau de sinergia e capilaridade exibido pelas redes. Como não podemos deixar esquecer, o grau de proximidade entre os componentes das redes também é um artifício utilizado para a manutenção do grupo e do sucesso da articulação e da tomada de decisão em relação a projetos. Destarte, quanto mais substrato encontrar uma prática discursiva, maior poder de negociação e articulação ela manifestará entre seus pares.

Portanto, corrobora-se com Almeida (2021, p. 253), quando nos ensina que “a articulação é apresentada como prática que simultaneamente conecta e transforma elementos estabelecidos. Essas relações são concebidas em termos circunstanciais, contingentes, não se prendendo às características distintivas dos elementos que as envolvem”.

Até aqui discorremos sobre práticas articulatórias existentes em grupamentos sociais que são decisórias para processos de (des)continuidades entre grupos, como as redes de Educação Ambiental que perpetuam e entre aquelas que passam por momentos de opacidades³ nos territórios. É necessário observar, no entanto, que a disputa pela hegemonia do campo e dos diferentes grupos, ainda que possa parecer uma malha coesa e homogênea, se dá por meio de articulações discursivas que expressam, temporariamente, a ordem discursiva e as manifestações políticas decorrentes de disputas cotidianas, mesmo num grupo em que se parece lutar pelo que “somos de melhor”. Assim,

³ Entendemos por redes e territórios opacos aqueles que, por qualquer motivo, num determinado marco temporal, não possuam redes de Educação Ambiental ou representantes na malha da REBEA (Santos, 2023).

a organização coletiva é resultado de uma soma de interesses em comum e, também, pela constituição de identidades e diferenças.

Horizontalidade, hegemonia e (des)continuidades

Em consonância a Haraway (2009, p. 44), “as pessoas estão longe de serem assim tão fluídas, pois elas são, ao mesmo tempo, materiais e opacas. Embalado por essa passagem da bióloga, podemos associar sua reflexão ao modelo de organização sugerido pelas sociedades em rede, aqui consideradas as redes de Educação Ambiental, pelo modelo de fluidez proposto para gerir o coletivo, ao passo em que – conforme enunciaram os elos entrevistados – estão enraizadas em funcionalidades materiais hierárquicas e pouco transparentes, concentrando o poder em núcleos ou centros.

Como nos ensinaram Laclau e Mouffe (2015), de acordo com o que foi discutido aqui anteriormente, para ser considerada articulação, é necessário ter uma relação entre elementos em que a identidade seja modificada como resultado de uma prática. Aqui, observa-se que o caráter identitário de uma rede é fundamentado nos seus princípios norteadores, que podemos entender como seus princípios articulatórios, dada a sua natureza de concepção e formação. Nessa égide, categorizamos a horizontalidade como um campo de disputa entre os elos e que se materializa nos enunciados que pudemos observar nos diálogos com os educadores que são elos das redes.

Em relação à questão da gestão horizontal embora seja, assim, a nossa premissa, das redes, é realmente muito difícil trabalhar nessa questão. Primeiro ponto que eu acho porque isso não é uma organização da nossa sociedade. Na nossa sociedade, as pessoas, onde a gente trabalha... Assim, **sempre tem uma pessoa comandando**, liderando, dando os seus superiores. Então, essa hierarquia está embutida também na nossa cabeça. Então, **muitas vezes a gente fica esperando o comando de alguém**. Não entende que eles são várias pessoas e que cada um pode puxar o seu processo de forma bem mais tranquila do que uma estar comandando.

(Bruna, entrevista – 2022).

No discurso de Bruna, ao comentar sobre a presença da horizontalidade nas organizações, é observado que – apesar de ser um dos princípios fundamentais de uma rede – nem sempre é possível considerar que tais coletivos possuem uma gestão horizontal. A disputa entre o modelo de gestão da organização se dá em duas esferas bastante antagônicas: primeiro, a de membros que se pautam nos princípios articulatórios e lutam para que a horizontalidade seja observada em todo o coletivo e, segundo, dos membros que não conseguem observar a horizontalidade enquanto princípio, pois não estão acostumados a um modelo de gestão participativo.

O fato de a horizontalidade permitir a maior participação dos elos quanto ao poder de decisão também é capaz de afastá-los e saborear a descontinuidade de projetos pelo fato de aguardar uma liderança tradicional, característica das organizações verticais. A relação contrária, quando alguns elos tomam a frente dos coletivos, também pode ser vista como um fator de disputa pela hegemonia do grupo, uma vez que outros membros também apontam a relação de verticalização como uma descaracterização da rede.

No tocante ao conceito de hegemonia, o qual é um ponto-chave para esta categoria que aqui discutimos, Laclau (2002, p. 122) nos coloca sendo como “uma relação em que um conteúdo particular assume, num certo contexto, uma função de encarnar uma plenitude ausente”. Quando discutimos anteriormente que não manifestamos completamente nossas identidades diante do que posicionamos como antagonismos, a individualidade de cada sujeito passa, então, a viver em busca dessa completude, porém de maneira ineficaz. Assim, a hegemonia é, portanto, assumir de maneira equivalencial múltiplas personalidades (Mendonça, 2007).

É possível observarmos no enunciado de Bruna, ao afirmar que “*a gente fica esperando o comando de alguém*” que a negociação consensual da proposta de horizontalidade, por mais que ainda seja passível de aperfeiçoamento, ainda é discutida na gestão das redes. De maneira similar, Jair manifestou sua preferência por um modelo mais hierarquizado de organização das redes, mesmo que de forma a rejeitar uma verticalização, porém vestido de termos que sugerem sua proximidade – como a maior parte da sociedade – em modelos administrativos tradicionais.

Pinto e Junqueira (2009), ao analisarem as relações de poder em redes, salientam que é possível existir concentração de poder em poucos atores (elos) que atuam com mais empenho e possuem maior contato e disponibilidade para se agregarem em núcleos gestores. Porém a existência de tais núcleos muda as relações de poder nas organizações, sendo que o ele se centra no elo que atua como gestor.

No discurso de Jair, relatado a seguir, o elo segue ávido pela observação de uma liderança – o núcleo gestor, relatado por Pinto e Junqueira (2009) – corroborando com o que os autores revelam ser uma possibilidade de gestão das redes que permitem aumentar a densidade e a força das relações entre os elos, abrindo espaço para novas lideranças.

Talvez uma liderança com mais cobrança em cima das redes traria maior movimentação.

(Jair – entrevista, 2022).

Importante ressaltar que, ao analisarmos o discurso de Jair, destaca-se o trecho “*uma liderança com mais cobrança*”, que as redes – mesmo tendo uma motivação horizontal – não necessariamente precisam se eximir de lideranças, podendo, inclusive, (e como acontece em todas elas) ter elos que se destacam pelo seu poder de comunicação e liderança, tornando-se núcleos mais

densos de articulação em relação ao modelo que denominamos de “nós”, capazes de tecer fluxos articulatórios com maior facilidade. Contudo, os princípios equivalentes determinam que a tomada de decisão, a dialogicidade e o compartilhamento de opiniões deverão ser feitos em consenso, relacionando a gestão à uma coletividade.

A **horizontalidade** está nos princípios, nos fundamentos que norteiam a rede, baseando-se sempre no Tratado de Educação Ambiental da Rio-92.

(Lívia, entrevista – 2022).

A passagem de Lívia reforça que a horizontalidade se constitui enquanto princípio fundamental dos coletivos em rede e, portanto, um consenso daqueles que assim pensaram em organizar as redes em 1992, sendo – portanto – um discurso que se repete e que possui sua condição de materialidade frente ao caráter histórico difundido e disseminado durante essas três décadas de existência das redes no Brasil. O enunciado insere, também, uma possibilidade de interpretação que se articula com os demais enunciados, pautando-se em (apesar de estar nos princípios fundamentais de uma rede), ainda é difícil de se observar na prática, considerando a materialidade discursiva observada nos demais elos.

Conforme leciona Arendt (2002), a política é a arte de conviver entre os diferentes. As práticas articulatórias e as disputas antagônicas existentes dentro dos próprios coletivos, como também nas diversas esferas do campo da Educação Ambiental no Brasil, vão além de posicionamentos distintos por parte dos elos, de discursos que se encontram ou se repelem, mas se materializam em ações e/ou formas de agir frente aos coletivos e ao direcionamento de políticas públicas dentro do campo da Educação Ambiental.

Quando questionados sobre os motivos que os faziam continuar enquanto membros das redes de Educação Ambiental frente ao desmonte estrutural e legal das instituições e documentos orientadores das ações no campo e da organização em rede, Lívia pontuou que:

O que nos faz recomeçar é o Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis.

(Lívia – entrevista, 2022).

O Tratado, redigido como documento oficial pós Eco-92, funciona como uma carta de princípios que oficializa e direciona as ações de Educação Ambiental no Brasil e que, após 30 anos, ainda orienta os educadores ambientais que estiveram presentes no Fórum Global e as gerações posteriores a entender os fundamentos da articulação pensada por aqueles elos que gestaram a REBEA na ocasião. A Rede Brasileira que, hoje, “age como uma incentivadora”, segundo Lívia, possibilita a reunião, adesão e (des)continuidade de alguns coletivos em sua malha.

Para os elos entrevistados, as ações da REBEA permitem que as redes associadas tenham uma rede de apoio, em todos os educadores componentes, mas que ainda não é capaz de assegurar a captação de recursos necessários para que elas se mantenham luminosas⁴ no território nacional.

A esperança ressurge da motivação e formação de recursos humanos para assumir lideranças na esfera política e que, a partir da sensibilização e da luta de classes, consigam articular movimentos sociais e de protagonismo políticos nas instituições governamentais para que seja fortalecido o campo da Educação Ambiental por meio de políticas públicas de valorização.

Algumas redes continuam pela facilidade em captar recursos financeiros, sem os quais é difícil manter ações efetivas, aquelas redes que têm mais facilidade em captar recursos têm mais chance de continuar. É preciso encarar a Educação como uma área que necessita de recursos e concorrer a editais.

(Lívia – entrevista, 2022).

Os discursos entre os elos de distintas redes se repetem e se encontram no tocante à captação e destinação de recursos financeiros para desenvolvimento de ações de Educação Ambiental nos territórios. A (des)continuidade dessas ações e a fragilização de alguns coletivos, a exemplo do que passou a REASE durante alguns anos de opacidade, é atribuída, de acordo com os educadores, à falta de recursos que possibilitem a manutenção de um coletivo.

Creio que a descontinuidade interfira sim, pois os projetos antigos nunca são retornados [retomados], assim não vemos em algumas redes eventos com várias edições anuais. Isso pode atrapalhar o engajamento também.

(Jair – entrevista, 2022).

Como é possível observar no enunciado de Jair, a falta de engajamento em alguns coletivos pode atrapalhar a continuidade das ações de Educação Ambiental nos territórios, o que pode ser ocasionado pelos fatores de descontinuidade das redes e/ou vice-versa. Conforme já discutido, o espalhamento territorial, pelas múltiplas características – aqui apontada por Jair como a realização de eventos – associa-se ao reduzido número de educadores que compõem algumas redes e pelo baixo número de elos, uma vez que em redes que foram descontinuadas é visível o desconhecimento da população sobre a existência dos coletivos, como proferido em um dos discursos.

Esses fatores de opacidades territoriais, sobressalientes em relação a alguns territórios mais luminosos, pode demandar a necessidade de intercâmbios entre as redes componentes da REBEA,

⁴ Como mencionamos anteriormente, um território luminoso é o oposto de um opaco, considerando-se a presença de redes de Educação Ambiental nele atuantes (Santos, 2023).

sejam por encontros virtuais ou presenciais (como foi possível observar durante os anos acometidos pela pandemia da COVID-19), fortalecendo a sinergia e a capilaridade das ações em rede, bem como organizando-se para discussões de pautas de interesse nacional, como a recomposição do lugar da sociedade civil no Conselho Nacional do Meio Ambiente e o retorno do lugar da Educação Ambiental nos Ministérios do Governo e, ainda, a manutenção do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, desmantelados durante o Governo de 2019 a 2022.

Outrossim, é necessário ter recursos financeiros para se ter uma sede própria e ter instrumentos que se fazem essenciais para seu funcionamento, como todo o aparato não-humano, que considerei como “as coisas” que compõem uma rede: internet, uso de dados e computadores, impressoras e demais materiais de capital e custeio. Pela bibliografia trazida neste manuscrito, entendemos – numa perspectiva pós-moderna – que a rede não se constitui apenas por pessoas, mas é incapaz de ser considerada como rede sem a simbiose humana e não-humana com seus “seres e coisas”.

No enunciado de Bruna, ela deixa claro o sentimento de incapacidade que as redes possuem enquanto coletivos que não são oficializados por um cadastro nacional, devendo – por vezes – somar-se a Organizações Não-Governamentais ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a fim de concorrer a editais específicos para captação de recursos, saída apontada pela educadora como um caminho viável para se evitar a escassez de orçamento e a descontinuidade das ações em rede, como podemos observar:

Eu queria tentar experimentar outras coisas. Já se discutiu em trazer aquele do recurso. Porque a rede, ela não é unicamente pela rede só. Pelo menos, eu não sei se você sabe, mas, assim, ela não é um espaço para ter um CNPJ. Mas, junção de pessoas algumas vezes vamos para espaço para ter CNPJ e conseguir recurso. Então, eu acho que é uma discussão interessante, assim, talvez. Eu mudaria, não sei, se tivesse um fundo de alimentação. Eu mudaria que precisa de recursos para executar ações de educação ambiental e muitas vezes dessa forma de se levar muito pelo voluntariado.

(Bruna – entrevista, 2022).

Apesar de parecer que as ações de Educação Ambiental necessitem da captação de recursos financeiros e que adentre na esfera capitalista ou mercadológica, é importante ressaltar que a criação e manutenção de ações dessa natureza se orienta, justamente, pelo contrário, estabelecendo a práxis de uma Educação que supere a apropriação capitalista tanto da natureza quanto do próprio ser humano (Sorrentino *et al.*, 2005; Bonfim, 2011). Nessa feita, “decisões políticas são decorrentes de articulações e produzem discursos estabilizados, identidades e subjetividades. Permanece, contudo, a indecidibilidade. Toda opção política é sempre uma opção não obrigatória nem necessária em um conjunto de possibilidades” (Lopes, 2018).

A estabilização de discursos, conforme orienta Lopes (2018), conhecida também por materialidade ou materialização discursiva em outras ancoragens epistemológicas, é a expressão de uma ideologia e, portanto, pode ser considerada um desdobramento político. Do ponto de vista organizacional, essa materialização é acessada por meio da linguagem, não havendo discurso em separado à ideologia, tampouco a linguagem sem existência do discurso, conforme nos aponta Orlandi (1994). Para nossa abordagem teórica, contudo, ampliamos o entendimento de que o discurso não se encerra na linguagem e tampouco só é existente por meio dela.

No discurso dos participantes entrevistados é possível observar, como já pontuamos, enunciados que se repetem e signos linguísticos que se apresentam rotineiramente em todas as interlocuções. Observamos que princípios fundamentais das redes são, frequentemente, evocados pelos elos em suas manifestações, como horizontalidade e participação. Ante isso, a preocupação de como tais princípios serão alcançados e a problemática da materialidade do que existe no discurso é frequente de acordo com os educadores que participaram das entrevistas.

Acho que o desafio da Educação Ambiental em rede é realmente a gente **experimentar outras formas de organização**, como **horizontalidade**, com divisão de responsabilidades... que as pessoas se responsabilizem também pelos processos com **participação**... enfim, todos esses princípios, eu acho que a gente discute. Na teoria, para mim, o desafio maior é botar em prática, coisa que a gente já continha a teoria. E além também, eu acho que **um desafio é a continuidade dos processos**, porque como a gente sabe, a rede é lá onde você é puxada por várias células. Então, uma hora ou outra hora puxa. Isso também é um problema a **descontinuidade**. Então, eu vendo que tá muito puxado uma questão, aí quando aquele elo não pode mais puxar, ele trava. Então, eu acho que é um desafio tentar estruturar para **que os processos sejam mais fluídos e contínuos**.

(Bruna – entrevista, 2022).

Passagens como “*um desafio é a continuidade dos processos*” nos remete a entender que algumas ações podem ser interrompidas, ou mesmo obstruídas, por motivos que já elencamos: como a falta de recursos e, ainda, de sinergia entre as diversas redes que passam por períodos de opacidade nos territórios, sendo aqui denominados de descontinuidade. Também, é perceptível o desejo de que as relações entre os membros das diferentes redes sejam “*mais fluídas e contínuas*” nos processos em que desenvolvem, marcando também a dimensão da participação e também o afeto pela pauta em que todos os educadores ambientais estão inseridos.

Para além das aproximações políticas de organização, o discurso dos educadores ambientais, que são constituídos por múltiplos enunciados e formações discursivas, como não poderia ser diferente, é marcado por pautas do ambientalismo e pela frente de oposição a políticas ambientais que agredem as populações mais vulneráveis, à emergência climática e à justiça ambiental. Destarte,

observaremos as demais relações que compõem as alianças políticas encontradas nas organizações em rede.

Nos horizontes da Ecopolítica

Ancoramo-nos aqui no conceito de Ecopolítica salientado nos estudos de Veiga-Neto (2014), Henning (2019) e Marques e Henning (2020), como um direcionamento político para o controle da vida numa escala planetária, sendo – então – um horizonte da biopolítica, já mencionada por Foucault (2020), assegurando a vida coletivamente por meio de ações governamentais.

A existência das redes não é algo muito difundido para a população, estamos vivendo numa era que é cada vez mais importante a conscientização sobre os cuidados com o meio onde vivemos, nosso mundo é o nosso lar e se não for cuidado não vai ter casa pra todo mundo por muito tempo.

(Jair, entrevista – 2022).

Os enunciados proferidos por Jair nesse trecho destacado, principalmente quando fala que “se não for cuidado não vai ter casa pra todo mundo por muito tempo” revela instrumentos da biopolítica e governamentalidade, na qual são materializados discursos nos quais a gerência da vida coletiva é posta em evidência pelas ações de cuidado com o meio ambiente.

Para Marques e Henning (2020, p. 325), “o discurso ambiental está em voga. Os ditos catastróficos são constantes. O discurso do medo pelo fim do planeta e que nos ensina a ser e a lidar com a problemática global nos cercam”. Um estudo realizado por Santos (2021) ratifica que discursos proferidos na esfera educacional, a exemplo da Educação Ambiental, potencializam a vigilância da população enquanto seres coletivos e individuais, legitimando práticas de empreendedorismo e vigilância sobre si, o que perpassa pela materialização dos discursos numa escala mais abrangente.

A enunciação que se enquadra nessa perspectiva põe em voga a relação ainda existente com os movimentos ecologistas que originaram as premissas da Educação Ambiental na década de 1970, além de reforçar o eixo ambientalista existente no campo, pautado – sobretudo – na conservação do meio ambiente. Para além da crítica preponderante aos direcionamentos que tais correntes perfazem no campo, é salutar afirmar que as ações que são desenvolvidas numa perspectiva mais conservacionista fornecem elementos essenciais para a prática educativa em espaços de conservação do meio ambiente, além de encaminharem as discussões para outras correntes, relacionadas ao processo de desenvolvimento cognitivo, quando num âmbito formal.

Para Laclau e Mouffe (2015), a disputa pela hegemonia do discurso se faz num ambiente de conflito e, apesar de estarmos inseridos num movimento de um único campo – o da Educação Ambiental – é possível que estejamos diante de um cenário de embate por essa ou aquela perspectiva de enxergar as ações desenvolvidas, numa ou outra perspectiva que alicerça e direciona, epistemologicamente, as formas com que os educadores ambientais enxergam o mundo.

Nessa seara, concordamos com Sousa e Sant'Ana-Júnior (2018, p. 102), quando ilustram que “temos a compreensão de que estamos diante de um objeto [a Educação Ambiental] que não comporta simplificações, mas sim que é passível de disputas que envolvem projetos societários, os quais entram em conflito e podem ser, muitas vezes, inconciliáveis”. Ou seja, as diferentes propostas e visões de Educação Ambiental possuem referenciais políticos e teóricos diferentes e, assim, formas de pensar e enxergar o mundo diferentes, comportando-se – muitas vezes – como adversários ou antagônicos, como é possível se observar nas diferentes correntes (Reigota, 2012).

A dimensão afetiva das/nas redes⁵

Apesar de as redes estarem associadas muito mais a vínculos e projetos pessoais, direcionados à coletividade, embora esse seja um obstáculo a ser rompido para a captação de recursos e continuidade das redes, como descrevemos noutra categoria deste manuscrito, o caráter profissional e institucional das redes também prevalece para sua manutenção e, por aí, consideramos as redes como agrupamentos corporativos até sermos provocados a refletir sobre a importância da afetividade em sua composição.

A partir de então, passamos a considerar as redes como coletivos de pessoas, seres e coisas, aportando-nos em autores como Latour (2012, 2019) e Haraway (2009), que consideram que as relações humanas não podem ser imaginadas em dissociação das coisas que permitem que as organizações, e até mesmo a vida humana, ocorram na contemporaneidade. Ancorados numa perspectiva pós-moderna, essas considerações permitem, inclusive, imaginar a vida humana e todas as suas relações como intimamente associadas às coisas outras, partindo de uma abordagem que eleva a vida à uma manifestação diferente da especiação a que estamos acostumados a considerar com a Biologia e Sociologia convencional.

Para Lívia, em entrevista, as redes de Educação Ambiental precisam estar mais presentes no mundo tecnológico. É importante considerarmos que tais coletivos surgiram há três décadas, nas quais o acesso a instrumentos de tecnologia foi sendo ampliado à medida em que a globalização

⁵ Parte do texto deste capítulo foi enviada como resumo expandido no XIV Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental (FURG/RS), 2022.

avançava e permitiu que a comunicação pudesse tomar outros rumos, aproximando mais os coletivos que antes se faziam distanciados tanto física quanto ideologicamente.

Contudo, é plausível ressaltar que, mesmo no início da gestação da ideia dos coletivos de educadores ambientais, a tecnologia acessada, por mais que remota, já fazia parte da organização dos grupos, sendo impossível imaginar uma reunião de educadores sem os “seres e coisas” que estão intimamente relacionados a eles, como os instrumentos que permitem os deslocamentos e as pautas pelas quais todos que os compõem lutam e se posicionam em diferentes momentos.

É preciso estar mais atento às mudanças, como as **tecnológicas**, encontrar um meio de inserir essas ferramentas de comunicação para melhorar a conversa entre redes, porque o mundo hoje não é como no início da formação das redes – há 30 anos – que a gente se comunicava por cartas ou quando nos encontrávamos nos eventos.

(Lívia, entrevista – 2022).

A comunicação por cartas, apesar de também existirem correspondências oficiais, quando entrelaçadas a objetivos de luta e de vida comuns, como é o caso das redes de Educação Ambiental, aproxima-nos do envolvimento e enlace afetivo que existia entre os educadores ambientais que, mesmo habitando a longa distâncias, correspondiam-se rotineiramente, versando compor diretrizes e organizar os coletivos que direcionariam políticas públicas e ações no campo da Educação Ambiental.

Para Duarte e Almeida (2019), as cartas se materializam enquanto pontes que apropria sujeitos com seus afetos e histórias de vidas, continuadas, pontos de chegada e de partida, travessias e marcas que jamais serão apagadas. Contudo, apesar de toda poética e funcionalidade que as cartas proporcionaram no início da formação das redes de Educação Ambiental, que hoje completam três décadas, vale-se da lembrança de que o acesso à tecnologia era mais dificultado e necessitava de maiores recursos financeiros por coletivos que, ainda hoje, não possuem fonte de financiamento por parte de verbas públicas, sendo o voluntariado sua principal força-motriz, conforme apontou Jair:

Não é um trabalho remunerado então **você tem que contar com a vontade dos voluntários**, não é fácil encontrar pessoas que realmente estão dispostas a trabalhar em prol da educação ambiental no seu estado ou região.

(Jair – entrevista, 2022).

Em relação a essa proximidade e enlaces entre elos que formam as redes, o enunciado de Jair, em entrevista, reforça a forma acolhedora que as redes têm com os educadores que se dispuserem a fazer parte do coletivo, a fim de desenvolver ações e buscar melhorias para o campo da Educação Ambiental. O entrevistado reforça que, por meio do desenvolvimento de políticas

públicas nos territórios, as redes podem superar a necessidade que possuem em captar recursos humanos voluntários, uma vez que não dispõem de orçamento para remunerar ou selecionar elos com base em instrumentos de triagem que possam rejeitar quaisquer perspectivas de participação.

A Rede acolhe todos que querem conhecer mais sobre esse trabalho, a importância dele não vai ser mostrada aos participantes da noite pro dia, é com longo tempo e muito trabalho.

(Jair, entrevista – 2022)

Para além dos documentos orientadores e da pauta em comum, o desejo da vivência em sociedades firmadas na justiça ambiental e sustentabilidade, as aproximações pessoais e fatores de convivência devem ser pontos essenciais para a participação coletiva que observamos naqueles agrupamentos sociais. De fato, é possível percebermos que as relações afetivas são determinantes na coesão dos grupos, sendo, numa analogia, a força que enlaça os nós e une os elos.

Esse enlace, ao qual mencionamos como força-dependente, é possibilitado, especificamente numa rede de Educação Ambiental, pela afetividade entre os membros que ela compõe. Ora, é imaginável que nós adentremos a um coletivo por possuir algum grau de proximidade, identificação e (por que não?) estima por aqueles que dele fazem parte, que entenderemos aqui como relações afetivas.

As relações que abordamos parecem muito mais coesas na ocasião do planejamento de uma organização, ou seja, em seus momentos iniciais, que necessitam de muito mais entrosamento entre as partes (movidas por desejos em comum), que posteriormente, quando já amadurecidas as ideias necessárias para a sua manutenção. Destarte, tal coesão também pode ser percebida/sentida em momentos de revolução, os quais detalharemos mais adiante.

Os nós, a força e os elos: confetos!

Para conceituar e relacionar toda uma organização em rede, recorremos ao neologismo utilizado por Michèle Sato para fundamentar o início desta breve discussão. Para a autora, “não se trata de olhar o mundo de forma física, por meio de pupilas, cores ou intensidades do brilho, pois a luz que a janela enxerga vem da ontologia do espírito, provavelmente constituída de conceitos e afetos (confetos)” (Sato, 2016, p. 12).

Ainda segundo Sato (2016), a inspiração e motivação para produzir o texto em que utilizou o neologismo, surgem em oposição à racionalidade de Descartes, que desprezou os afetos em seus estudos, privilegiando a razão, sendo cunhado o termo com base na sociopoética. Nessa seara, o convite à reflexão presente nestes escritos que ora se apresentam baila entre a discussão da presença dos afetos na composição de redes e sua própria conformação, cujas conceituações também encontram diversas bifurcações pelas áreas do saber.

Na filosofia de Spinoza (2021, p. 98), os afetos são “as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções”. O filósofo ainda continua que “por afeto, comprehendo, então, uma ação; em caso contrário, uma paixão”. Ou seja, os afetos determinam a potência de agir dos corpos em relação ao efeito que eles causam, variando de acordo com as consequências de suas ideias.

Embalados por essa oposição razão-emoção, observamos que, muitas vezes, – e até mesmo em nossos estudos preliminares, havíamos pensado em investigar o fenômeno da formação e articulação das redes por prismas físicos, valendo-se de conceituações e de incompatibilidades teórico-metodológicas presentes no coletivo e em seus fundamentos e documentos orientadores. Contudo, acreditamos ser necessário que possamos – também – analisar as redes através e além da janela, ressaltando as conexões afetivas que embalam a reunião de pesquisadores, educadores e instituições na composição de redes de Educação Ambiental.

Podemos observar os conceitos que envolvem a rede por, no mínimo, dois aspectos: além da própria filosofia que circunda a organização em rede, ou seja, a sua definição, associam-se a ela vários outros conceitos de que trataremos neste tópico. Diferentemente de organizações que estamos condicionados a observar no cotidiano, a organização em rede, como salienta Amaral (2008), se pauta em princípios como horizontalidade, descentralização e gestão compartilhada, cuja reunião de fatores nos antecipa que a rede se firma na participação e coletividade de seus membros.

O que queremos ponderar é que, para além dos princípios organizadores de uma rede, o cerne da vontade de se agrupar num desses modelos de gestão e reunião de pessoas, seres e coisas num determinado espaço-tempo são os enlaces afetivos que todos eles (ou pelo menos a maioria) possuem entre si, sejam relações laborais, familiares, de amizade ou de luta. Ou seja, os componentes de uma rede de Educação Ambiental são motivados, diariamente, a manter-se organizados por princípios que extrapolam a pauta ambiental em comum, pelo menos num determinado tempo, até os ânimos passarem por oscilações.

Muita coisa me faz continuar, os contatos, a troca de conhecimento, **os vínculos inter-regionais**, as evoluções nas formas de se ensinar sobre o ambientalismo, notícias de novas políticas públicas e as atualizações sobre as inovações tecnológicas chegam com mais facilidade **quando você está envolvido com pessoas** que estão sempre procurando por isso.

(Jair – entrevista, 2022).

De acordo com Costa e Castro e Silva (2015):

Os afetos que mobilizam um grupo se definem pelas forças de coesão e difusão, que aglutinam tensionam e reorganizam coletivos. A partir de situações, fenômenos e eventos que produzem diferentes sentidos de integração entre seus membros, uma comunidade produz ora mais ora menos afetos aglutinadores, apoiados tanto em sentimentos de pertença e cumplicidade, construindo experiências de solidariedade, quanto em sentimentos de divergência, tensionando e buscando, de forma mais ou menos bética, campos possíveis de negociação (Costa; Castro e Silva, 2015, p. 287).

Como destacamos nos escritos de Costa e Castro e Silva (2015), podemos observar que existe uma variação de afetos ao longo do tempo nas comunidades. Consubstanciados por essa variação, exprime-se que as oscilações por que passam os coletivos são, naturalmente, alvo de aproximações e distanciamentos de elos (humanos e não humanos), como sugerem Gomes, Silva e Iared (2020), ao discutirem sobre que trajetórias de vida não se entrelaçam num ponto específico, como numa rede, e sim num modelo muito mais complexo, num emaranhado de pessoas, seres e coisas, como numa malha. E como não apontar, nessa complexidade da malha e das coisas, as relações afetivas?

De acordo com Ingold (2006), os seres (nos quais se incluem os humanos) se representam e se relacionam por meio de fios que se entrelaçam, mais que numa proposição circular, mas num movimento. Esse entrelaçamento, ainda baseado nos dizeres do autor, não compõem uma rede, mas uma malha. Nessa perspectiva, uma malha parte de uma abordagem na qual cada elemento constitutivo da rede possui conexões relacionais, pois cada elo pertencente possui papel ativo e constitutivo de si e do outro, superando a noção de que cada elemento da rede tem composição diferente do que forma a rede (Azevedo, 2020).

Ao abordarmos o conceito de malha, no que toca às redes brasileiras de Educação Ambiental, tal qual se identificam os membros desse coletivo, podemos observar que – pela própria constituição e histórico das redes – é entendido que cada elo formativo se forma a partir de sua história frente ao movimento educativo e ambientalista. Constituir-se, então, como um elo da malha de tais coletivos implica estar permeado entre histórias e memórias que transbordam de si e do outro.

Portanto, aqueles distanciamentos a que nos referimos, de cunho afetivo, podem ocasionar processos de descontinuidades nos projetos, nas articulações e na própria organização, ao passo em que uma reaproximação – ou novas aproximações – afetiva(s) podem direcionar ao sentido contrário, o que obedece a demarcações temporais.

Ao interpretarmos os escritos de Burke (2012), entendemos que aquelas variações temporais podem encontrar substrato na própria continuidade do tempo. Para o autor, consubstanciado em outros especialistas, as revoluções (que aqui entendemos como os processos de reaproximação dos elos mediante eventos sociais característicos – como o crescente desmantelamento das instituições ambientais e educacionais) são encaminhadas em períodos em que as esperanças são bloqueadas, gerando revoltas coletivas, as quais são ocasionadas por “expectativas crescentes”.

Caso observemos pelo prisma de Burke, consideraremos que, de fato, até mesmo os princípios geradores da coletividade em redes de Educação Ambiental, é provável que o primeiro passo para o enfrentamento das problemáticas socioambientais seja mesmo a esperança: o desejo, a vontade de habitar num mundo sustentavelmente equilibrado e na esperança de vivermos num

planeta dotado de justiça ambiental, pois – ainda segundo Burke (2012, p. 213), “a esperança tem uma geografia além de uma cronologia”.

Ademais dessas delimitações temporais, consoante a Spinoza (2021, p. 111), podemos citar que “o estado da mente que provém de dois afetos contrários é chamado de flutuação de ânimo e está para o afeto assim como a dúvida está para a imaginação”. Os fatos observados em redes que deixam de ter representantes entre os facilitadores da REBEA, para além de transitoriedades como afastamento físico ou, ainda, mudanças de linhas de pesquisa/pensamento, podem sugerir que os coletivos perpassam pelas flutuações ensinadas pelo filósofo holandês.

A questão que levantamos no início deste artigo, sobre observarmos o mundo e os conceitos apenas por prismas físicos, foi de similar inquietude num grupo de pesquisadores que conduziram um estudo sobre a importância de se presenciar elementos estéticos e a afetividade nas pesquisas em Educação Ambiental. Nesse estudo, conduzido por Payne e demais coautores (2018), os pesquisadores, de diversas nacionalidades, chamam a atenção para a necessária reorientação do olhar nesse processo, mas com o cuidado de ir além de uma Educação Ambiental que se reduz ao maravilhamento com a natureza.

As preocupações elencadas pelos pesquisadores associados a Payne (2018) já instigavam Guattari (2012) que descreve que é urgente desfazer-se das referências e metáforas da ciência para se apoiar em conceitos e ações que permeiem o campo da ética e da estética, recompondo as práticas sociais e individuais nos campos da ecologia social, da ecologia mental e da ecologia ambiental.

Considerações finais

Tendo como orientação as literaturas elencadas nestes escritos e nossas próprias discussões e diálogos para com eles, salientamos que é necessário tecer um olhar diferenciado para a estruturação das redes de Educação Ambiental brasileiras. Conforme mencionamos, observar as organizações com olhares físicos reduziria as chances de realizar análises subjetivas e deslocamentos necessários dos fenômenos sociais, sob os quais recairíamos, novamente, na contemplação de fatos sociais sob técnicas positivistas e quantitativas.

As redes de Educação Ambiental brasileiras, sob organização da REBEA, são tecidas em relações de articulação que se compreendem na mudança não somente de identidades, mas também de paradigmas, uma vez que fazer parte de um coletivo que opera num modelo em que o poder perpassa por todos os momentos e linhas da malha supera as formas de organização convencionais. Noutro sentido, essas identidades não se materializam em completude pelo fato de uma disputa antagônica, em que também pesa o fato de a organização em rede criar outras categorias em que tais

identidades se limitam.

Pensar a organização em rede, contudo, não pode estar associado à negação da existência do atravessamento de poder que percorre as relações entre as pessoas, seres e coisas, que ocorre de uma maneira diversa, mas existente (embora não tenha sido essa discussão o foco deste estudo). A identidade de redes se configura, então, como agrupamentos participativos que se encontram na luta e resistência por uma sociedade socioambientalmente sustentável e na dignidade da vida humana. Para isso, porém, após três décadas de presença no movimento ambientalista brasileiro, é necessário refletir sobre quais elementos de incompletude identitária transbordam nos componentes que podem interessar à sua reconfiguração.

As redes, como modelos fluídos e que permitem a presença de elementos dinâmicos em suas associações, requerem novas formatações de conceitos e discussões, pois as próprias denominações adotadas pelos coletivos podem demarcar de maneira distinta às práticas propostas por eles. Nessa conjuntura, fortalecer relações afetivas realça a importância de se considerar tal potência de agir como um instrumento de inscrição e manutenção dos elos.

Referências

ALMEIDA, Leonardo Monteiro Crespo de. Continuidade teórica ou mudança de perspectiva: articulação e antagonismo em dois momentos da obra de Laclau. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 1, n. 27, p. 249-275, 2021. DOI 10.51359/2317-5427.2021.250935. Disponível em:
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revsocio/article/view/250935> Acesso em 02 jun. 2024.

AMARAL, Vivianne. REBEA: processos e desafios de horizontalização. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, n. 3, p. 15-34, 2008.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Tradução de Reinaldo Guarany. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

AZEVEDO, Leonardo Francisco de. Desvendando relações: redes, atores e malhas. **Temáticas**, Campinas/SP, v. 28, n. 55, p. 343-365, fev./jun. 2020. DOI 10.20396/tematicas.v28i55.13428. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/13428> Acesso em 04 jun. 2024

BONFIM, Alexandre. Educação Ambiental (EA) para além do capital: estudos e apontamentos para a EA sob a perspectiva do trabalho – GPTEEA (IFRJ). **Trabalho necessário**, Niterói/RJ, ano 9, edição especial, n. 13, p. 1-20, 2011. DOI 10.22409/tn.9i13.p6849. Disponível em:
<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6849> Acesso em 02 mai. 2022.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n. 1 (3), p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027> Acesso em 12 jun. 2022.

BORGES, Marcelo Gules. A TEIA e a REDE: aprendizagens nas/em redes locais de educação ambiental. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 17, n. 55, p. 1465-1501, out./dez. 2017. DOI 10.7213/1981-416X.17.055.DS02. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416x2017000501465&script=sci_abstract Acesso em 02 jun. 2024.

BURKE, Peter. A esperança tem história? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 207-218, 2012. DOI 10.1590/S0103-40142012000200014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/SCJNSTgyxZkvbC5xfChgXhp/> Acesso em 18 out. 2022.

COSTA, Samira Lima da; CASTRO E SILVA, Carlos Roberto de. Afeto, memória, luta, participação e sentidos de comunidade. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei/MG, v. 10, n. 2, p. 283-291, jul./dez. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000200006 Acesso em 18 out. 2022.

DUARTE, Débora Moisés Duarte; ALMEIDA, Isabella Silva de. Entre afetos e despedidas: as cartas enquanto ponte para a travessia. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 62-71, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/45973> Acesso em 18 out. 2022.

FERREIRA, Fabio Alves. Para entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá/PR, n. 127, p. 12-18, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12438> Acesso em 27 jul. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade do saber. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020.

GOMES, Helen Abdom; SILVA, Cyntia Thaís da; IARED, Valéria Ghislotti. Afetividade, emoção e a experiência estética na pesquisa em Educação Ambiental. In: BRITO, Glaucia da Silva (Org.). **Cultura, Escola e Processos formativos em Educação**: percursos metodológicos e significados. Rio de Janeiro: BG Business Graphics Editora, 2020. p. 244-258.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. 21. ed. Campinas: Papirus, 2012.

GUIMARÃES, Mauro *et al.* Educadores ambientais nas escolas: as redes como estratégia. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 29, n. 77, p. 49-62, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/WB8qznYGTNS6QDhzcmwWKHk/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 02 jun. 2024.

GUERRA, Antonio Fernando S.; LIMA, Anabel de; JUSTEN, Liana Márcia; GARUTTI, Mara Lúcia Figueiredo. As redes no espelho: conceitos e práticas da cultura de redes de educação ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Brasília, n. 3, p. 79-90, jun. 2008.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Heri; TADEU, Tomaz (Org.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 33-118.

HENNING, Paula Correa. Estratégias Bio/Ecopolíticas na Educação Ambiental: a mídia e o aquecimento global. **Educação Unisinos**, São Leopoldo/RS, v. 23, n. 2, p. 367-382, abr./jun. 2019. DOI 10.4013/edu.2019.232.11. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2019.232.11> Acesso em 09 mar. 2022.

INGOLD, Tim. Rethinking the animate, re-animating thought. **Ethnos**, v. 7, n. 1, p. 9-20, 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00141840600603111> Acesso em 02 jun. 2024.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. Tradução de Joanildo Burity, Josias de Paula Júnior e Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LACLAU, Ernesto. **Misticismo, retórica y política**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy**: towards a radical democratic politics. London: Verso, 1985.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de Antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2019.

LATOUR, Bruno. **Reaggregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador: EDUFBA, 2012; Bauru: EDUSC, 2012.

LEE, Henrique de Oliveira; FRANCISCO, Camila Rodrigues. Embates discursivos e significantes vazios nas manifestações de junho de 2013. **Rev. Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 101-119, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2017000100007 Acesso em: 09 set. 2022.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas de currículo em um enfoque discursivo: notas de pesquisa. In: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza A. R. Martins de; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de (Org.). **A Teoria do Discurso na pesquisa em Educação**. Recife: Editora UFPE, 2018. p. 133-167.

MARQUES, Isabel Ribeiro; HENNING, Paula Correa. Discursos Esverdeantes e atravessamentos com a Ecopolítica. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande/RS, v. 37, n. 1, p. 228-246, jan./abr. 2020. DOI 10.14295/remea.v37i1.11068. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/11068> Acesso em: 07 jul. 2022.

MENDONÇA, Daniel de. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo/RS, v. 43, n. 3, p. 249-258, 2007. Disponível em https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/5674 Acesso em 02 jun. 2024.

NASCIMENTO, Kamila Lima do. O populismo na perspectiva de Ernesto Laclau: uma alternativa para a esquerda? **Revista Estudos Políticos**, Niterói/RJ, v. 9, n. 17, p. 32-49, 2018. DOI 10.22409/rep.v9i17.39849. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/39849 Acesso em 02 jun. 2024.

OLIVEIRA, Gustavo Gilson; OLIVEIRA, Anna Luiza; MESQUITA, Rui Gomes de. A teoria do discurso de Laclau e Mouffe e pesquisa em Educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1327-1349, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/tt3RpF8zjvRZDNwtcQS4Snk/#> Acesso em: 19 abr. 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994. DOI 10.24109/2176-6673.emaberto.14i61.%25p. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2250> Acesso em: 02 jun. 2024.

PAYNE, Phillip *et al.* Affectivity in Environmental Education Research. **Pesquisa em Educação Ambiental**, Rio Claro/SP, v. 13, n. especial, p. 93-114, 2018. DOI 10.18675/2177-580X. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/12463> Acesso em 20 out. 2022.

PINTO, Áureo Magno Gaspar; JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates. Relações de poder em uma rede do terceiro setor: um estudo de caso. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 5, p. 1091-1116, set./out. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/xcdLDqkm9D55yczs3qV6qvh/?lang=pt#> Acesso em 02 jun. 2024.

REIGOTA, Marcos. Educação Ambiental: a emergência de um campo científico. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 30, n. 2, p. 499-520, maio/ago. 2012. DOI 10.5007/2175-795X.2012v30n2p499. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2012v30n2p499> Acesso em 02 jun. 2024.

SALES, Ronaldo. Hegemonia e pesquisa social: implicações teórico-metodológicas da Teoria Política do Discurso. In: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza A. R. Martins de; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de (Org.). **A Teoria do Discurso na pesquisa em Educação**. Recife: Editora UFPE, 2018. p.105-131.

SANTOS, Luiz Ricardo Oliveira. Educação (Ambiental): moldando corpos para gerir a vida? **Educação Unisinos**, São Leopoldo/RS, v. 25, p. 1-14, 2021. DOI 10.4013/edu.2021.251.31. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/20832> Acesso em 19 out. 2022.

SANTOS, Luiz Ricardo Oliveira. 2023. 171f. **Tessituras e (des)articulações de redes de Educação Ambiental**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2023.

SANTOS, Luiz Ricardo Oliveira; MELO E SOUZA, Rosemeri. Redes de Educação Ambiental: indicadores para autogestão de ações e projetos. **Revista Cocar**, Belém, v. 19, n. 37, p. 1-20, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7174>. Acesso em: 02 jun. 2024.

SATO, Michèle. Ecofenomenologia: uma janela ao mundo. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande/RS, edição especial, p. 10-27, jul., 2016. DOI 10.14295/remea.v0i0.5957. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5957> Acesso em 02 jun. 2024.

SCHMIDT, Beatriz; PALAZZI, Ambra; PICCININI, Cesar Augusto. Entrevistas online: potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, Uberaba/MG, v. 8, n. 4, p. 960-966, out./dez. 2020. DOI 10.18554/refacs.v8i4.4877. Disponível em: <https://seer.ufsm.edu.br/revistaelectronica/index.php/refacs/article/view/4877/0> Acesso em 02 jun. 2024.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; FERRARO-JÚNIOR, Luiz Antonio. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. DOI 10.1590/S1517-97022005000200010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/WMXKtBhxzVcgFmRybWtKrr/abstract/?lang=pt> Acesso em 04 abr. 2021.

SOUZA, Tauan; SANT'ANA-JÚNIOR, Horácio Antunes de. Educação Ambiental crítica ou conservadora? Elementos para uma reflexão crítica acerca do Projeto ECOA. **Ambiente & Educação**, Rio Grande/RS, v. 23, n. 1, p. 100-121, 2018. DOI 10.14295/ambeduc.v23i1.7390. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/7390> Acesso em 19 out. 2022.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Tradução de Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

VEIGA-NETO, Alfredo. Ecopolítica: um novo horizonte para a biopolítica. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande/RS, Ed. Especial Impressa – Dossiê Educação Ambiental, p. 31-49, jan./jun. 2014. DOI 10.14295/remea.v31i2.4596. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/4596> Acesso em 04 jun. 2024.